

**RELATÓRIO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020
AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE – RS**

Senhor Presidente:

Estamos apresentando a esse Corte de Contas, o Relatório Circunstanciado referente ao quarto exercício de nosso segundo mandato do Município de São Sepé – Estado do Rio Grande do Sul.

O presente relatório leva em conta os dados consolidados do exercício, em especial, considerando o fato da existência de quatro unidades gestoras, a saber: Prefeitura Municipal, Fundação Cultural Afif Jorge Simões Filho, Câmara Municipal de Vereadores e Fundo de Previdência dos Servidores do Município.

O relatório que ora passamos a proceder, leva em conta a Resolução 1.051/2015 e suas alterações, que “Dispõe sobre prazos, documentos e informação que deverão ser entregues ao TCE-RS..”.

Além dos resultados orçamentários e financeiros do exercício, estaremos também apresentados os resultados fiscais, em especial quanto aos percentuais utilizados na Manutenção do Desenvolvimento do Ensino – MDE, nas Ações Públicas de Saúde – ASPS, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, entre outros indicadores, que permitirão a essa Corte, proceder análise da gestão no exercício em referência.

A seguir estaremos de forma sintética, no sentido de demonstrar o bom cumprimento de nossas metas.

I – EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

1.1 - ORÇAMENTO

O Orçamento para o exercício financeiro de 2020, editado sob a Lei 3.904 de 11 de dezembro de 2019, estimou a receita e fixou a despesa total em R\$ 93.915.500,00 (Noventa e três Milhões , Novecentos e quinze Mil e quinhentos reais), para o exercício financeiro de 2020.

Ao longo do exercício, houve diversas alterações orçamentárias no que diz respeito a despesa, motivados por naturais e necessários crédito adicionais, tanto especial como suplementares, que afetaram e modificaram a peça original.

A seguir demonstraremos as alterações referidas acima:

Despesa Fixada Inicialmente	93.915.500,00
Créditos Suplementares	26.461.244,69
Reduções Orçamentárias	16.824.392,25
Total Final do Orçamento	103.552.351,74

1.2 – CRÉDITOS ADICIONAIS

No exercício de 2020 que ora estamos demonstrando, foram autorizados créditos adicionais que modificaram o orçamento inicial, de acordo com o que segue:

Créditos por Reduções	16.824.392,95
Créditos por Arrec. a Maior e Superávit	9.395.851,74
Créditos por Convênios e Auxílios	241.000,00
Total de Créditos Suplementares e Especiais	26.461.244,69

As alterações orçamentárias, deram-se para atender as necessidades de adequação a liberação de recursos não previstos, ou mesmo insuficientes, em especial de recursos de outros entes federados.

1.3 – ANÁLISE DA RECEITA

Para análise da Receita, estamos utilizando o respectivo Balancete consolidado de forma a demonstrar o cuidado que nossa equipe técnica teve, quando da elaboração da previsão para o exercício de 2020.

De pronto já salientamos que a nossa previsão inicial foi superada em R\$ 4.773.757,19 (Quatro Milhões, Setecentos e Setenta e Três mil, Setecentos e cinquenta e sete Reais e dezenove centavos), ou seja 5,08 % a mais do que a previsão inicial.

Destacamos que nossa receita própria vem crescendo a cada ano, de três a quatro vezes, os pontos percentuais da inflação, medidas pelo IPCA, o que demonstra com clareza, a preocupação e o reflexo das ações de nossa área técnica e as decisões arrojadas de nossa administração nesse sentido.

Para concluir, resumimos o comportamento geral da receita:

Receita Orçamentária Prevista	93.915.500,00
Receita Efetivamente Arrecadada	98.689.257,19
Maior Arrecadação Efetiva (+)	4.773.757,19

1.4 – ANÁLISE DA DESPESA

A despesa total foi autorizada inicialmente em R\$ 93.915.500,00 (Noventa e Três Milhões, Novecentos e quinze mil e quinhentos reais), que foi alterada por créditos suplementares que tiverem como origem de recursos, auxílios, convênios, superávit financeiro, de forma que elevou o orçamento da despesa para R\$ 103.552.351,74, no entanto, utilizou-se o empenhamento tão somente da importância de R\$ 89.962.961,86, o que resultou em uma disponibilidade de dotação no final do ano, de R\$ 13.589.389,88, demonstrando assim, o enorme respeito com o equilíbrio financeiro, pois em nenhum momento gastamos mais do que arrecadamos, motivo da grande disponibilidade orçamentária.

A grande maioria dos valores, do “superávit” formado pela diferença do que arrecadamos para os valores da liquidação da despesa, vão compor as reservas financeiras

matemáticas do Regime Próprio de Previdência-RPPS, para dar sustentação futura ao pagamento das aposentadorias e pensões de nossos servidores municipais.

Importante ressaltar, que a atual administração, faz enorme esforço no cumprimento de passivos que não são de seu tempo, para formar uma reserva “ responsável”, para o futuro, em especial quanto ao atendimento de aposentadorias e penões de seus servidores.

A seguir, quadro demonstrativo do percentual de cada órgão, das despesas liquidadas em relação ao montante total, ou seja, R\$ 89.291.888,50

- Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 2.565.965,13	2,87%
- Gabinete do Prefeito	R\$ 1.176.330,87	1,32%
- Secretaria de Administração	R\$ 20.701.234,82	23,18%
- Secretaria de Finanças e Planej.	R\$ 4.478.851,48	5,02%
- Secretaria de Educação	R\$ 22.802.605,58	25,53%
- Secretaria de Obras e Saneamento	R\$ 10.150.751,77	11,36%
- Secretaria de Saúde	R\$ 19.907.008,24	22,30%
- Secretaria de Agric.e M.Ambiente	R\$ 2.215.146,84	2,48%
- Secretaria de Desenv.Econômico	R\$ 919.582,41	1,03%
- Secretaria de Assist. e Hab.Social	R\$ 2.502.960,78	2,81%
- Fundação Cult Afif Jorge S.Filho	R\$ 1.186.812,90	1,33%
- Secretaria Mun. Esportes e Lazer	R\$ 684.637,68	0,77%
Total Geral	R\$ 89.291.888,50	100,00%

II – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais, por ser uma Unidade Gestora, que se consolida ao Balanço Geral do Município de São Sepé, e pela sua importância tanto com que se refere ao mérito, bem como ao que representa de utilização de reservas anuais, merece capítulo próprio no presente relatório.

A manutenção do sistema próprio de previdência, através do RPPS, é meta desafiadora que se repete a cada exercício de nossa gestão, sendo priorizado durante toda a primeira gestão, e não sendo diferente, no quarto exercício do segundo nosso mandato.

Para início de análise já afirmamos que durante todo o exercício, mantivemos o cumprimento rigoroso de toda a legislação atinente ao sistema, muito especialmente em relação ao cumprimento das alíquotas previstas no cálculo atuarial, como também aos prazos de pagamentos, tanto das alíquotas normais por conta do repasse descontado dos servidores, bem como da patronal, incluindo-se aí, as do passivo atuarial, que tem exigido da administração, esforço extremo no seu cumprimento.

RECEITA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA

A Receita prevista para o Fundo de Previdência dos Servidores para o exercício financeiro de 2020, foi estimada em R\$ 20.210.000,00, sendo que sua arrecadação efetiva ficou em R\$ 21.181.223,22 ou seja, R\$ 971.223,22 a maior do que havíamos previsto, representando um acréscimo de 4,80 %.

Importante ressaltar, que a receita de 2020 do Regime Próprio de Previdência já representa 21,46% do total arrecadado pelo Município, demonstrando assim a real importância desse programa.

DESPESA COM O FUNDO DE PREVIDÊNCIA

A despesa com o Fundo de Previdência dos Servidores, fixada para pagamento de Inativos, Pensionistas e obrigações previstas em legislação, foi de R\$ 20.210.000,00, sendo que a despesa liquidada na Unidade foi de R\$ 16.330.825,89 .

O Significativo aumento das despesas com inativos e pensionistas, dá-se muito por conta da implantação do Piso do Magistério Municipal, a partir da competência 11/2018 que estão tendo os respectivos reflexos a cada exercício que passa, agregadas as decisões judiciais no decorrer do exercício, de iniciativas de professores inativos ou mesmo pensionistas.

DISPONIBILIDADE DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA

Conforme consta no SIAPC – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, desse Tribunal de Contas, e que faz parte integrante do processo de encerramento, o saldo financeiro do RPPS em 31 de dezembro é de R\$ 59.858.942,22 (Cinquenta e Nove Milhões , Oitocentos e Cinquenta e Oito Mil, Novecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), ou seja, tem sido uma capitalização crescente, considerando que em um único exercício conseguimos “juntar” R\$ 4.838 milhões, representando um aumento de 8,79 % nas reservas, que tem como finalidade a garantia dos encargos futuros aos servidores na sua aposentadoria ou mesmo em pensão de seus dependentes.

Há de ser ressaltado por fim, a atuação do Comitê Gestor do Sistema, que por sua capacitação, autonomia e responsabilidade, ultrapassou a meta de rentabilidade atuarial, que também resultou na composição das reservas do sistema.

II – GESTÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS APLICADOS

Manutenção do Desenvolvimento do Ensino

O valor aplicado na Manutenção do Desenvolvimento do Ensino – MDE, segundo o PAD de encerramento, representa 28,39%, considerando a base de cálculo exigida pela legislação.

No entanto, e de extrema importância, dever ser levado em conta, mesmo que esteja excluído pelo sistema referido, a importância de R\$ 4.477.177,97 que corresponde as contas de codificação 3.1.91.13.99 – Outras Obrigações Patronais, por conta de pagamento de profissionais da “manutenção do ensino” que prestaram serviços nessa área, em outros tempos, e cuja previdência não foi paga à época, o que resultou em alíquotas identificadas como de “passivo atuarial”, e que ora estamos recuperando. Se fosse considerado estes gastos com MDE o percentual se elevaria para 36,40 %, sendo que nosso entendimento são efetivamente com educação.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O valor aplicado no Fundeb de R\$ 8.983.700,51 corresponde ao percentual de 19,84 % , também da mesma forma do item anterior, parte do passivo está locado na despesa com recurso livre , mesmo que sendo aplicados para o pagamento de parte previdenciária de servidores professores, em efetivo exercício do magistério, no município de São Sepé, em outras épocas, e que não foram apropriados e pagos na forma que estamos fazendo agora.

Ora, se a obrigação legal é de pagar na forma de passivo, nada mais justo que parte deste pelo menos, seja apropriado aonde deve, ou seja, na própria educação, mais especificadamente ao Fundo de Previdência que ira sustentar para dos aposentados, mas muito especialmente, muito dos servidores “em efetivo exercício no magistério”, quando de sua aposentadoria futura.

Da mesma forma que o MDE, se considerarmos o valor referido aplicado no Fundeb, o percentual ultrapassaria os 20% , atendendo assim plenamente o disposto na legislação.

Ações de Serviços Públicos em Saúde – ASPS

A meta de manutenção e ampliação dos serviços públicos de saúde do Município, é talvez a mais perseguida pela administração, tanto é verdade, que na verificação do PAD, é constatada a aplicação de 17,84% em Ações de Serviços Públicos em Saúde, o que representa percentual muito significativo em relação ao mínimo constitucional.

Também aqui, na mesma forma do que o MDE e FUNDEB, também no ASPS, vinculamos recursos “livres”, a estas ações, por conta do passivo atuarial de profissionais da área, cuja competência ocorreu e não foi cumprida em tempos passados.

O valor de R\$ 2.567.449,74 agregado aos gastos que nos referimos anteriormente, eleva o percentual de aplicação em “Ações de Saúde”, para 22,43% no exercício de 2020, que ora estamos a comentar.

Despesa com Pessoal

Apesar de todos os esforços e a repercussão concreta no aumento da Receita do Município de São Sepé, as despesas com pessoal, de forma implacável vem se acumulando por conta de vantagens temporais de todo o quadro.

O valor das Despesas com Pessoal , apuradas na forma do “PAD” CHEGARAM A R\$ 35.141.170,10, representando 47,65 % de acordo com a apuração determinada pelo art. 54 e alínea “a” do inciso I do art 55 da Lei 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando abaixo do limite de alerta.

Disponibilidades Financeiras

Conforme o disposto nos relatórios de encerramento, novamente, conseguimos manter a disponibilidade financeira de R\$ 8.174 Milhões de Reais, que será suficiente ao pagamento dos restos e pagar orçamentários e despesas extras orçamentárias, em especial, os vinculados a folha de pagamento do mês de dezembro.

Ressaltamos aqui, apesar de todo detalhamento do “PAD” , que encerramos o exercício de 2020 com credores e fornecedores de material e ou serviço, bem como as responsabilidades com a folha de pagamento de todos os servidores, e seus respectivos encargos, rigorosamente em dia, o que demonstra nossa decisão, desde de sempre, de respeito com todos os colaboradores que atuam na administração.

Para despesas que não conseguiram ser pagas, por questões técnicas, em especial por falta de liquidação, ou mesmo por não ter vencimento no exercício em análise, todas possuem recursos financeiros, disponíveis no encerramento, ao seu pagamento no início de 2021.

Conclusões Finais Sobre o Enceramento

Senhor Presidente:

A cada exercício ou mesmo gestão que se renova, se renovam também os desafios inerentes e crescentes ao “ente federado” Município, considerando que a cada tempo que passa, somos compelidos pela população, ao cumprimento de seus direitos constitucionais, ao mesmo tempo, em que a União, centraliza cada vez mais as receitas e nos repassa os encargos de programas, muita das vezes, eminentemente políticos ou mesmo de atendimento a vaidade de gestores passageiros, que querem deixar sua marca.

No entanto, nos valendo especialmente da formação de equipe de assessoramento extremamente competente, pautada pela seriedade e comprometimento em suas atribuições, conseguimos cumprir o previsto no orçamento, os mandamentos constitucionais quanto aos índices fiscais, e encerrar de forma positiva, na questão financeira.

Procuramos cada vez mais, usar a transparência como ferramenta de aproximação da sociedade, tanto é que ficamos colocado em quarto lugar no ranking da qualidade da informação contábil e fiscal no último levantamento da Secretaria do Tesouro Nacional.

Na área da saúde, além de dos percentuais que aplicamos na forma demonstrada acima, importante esclarecer a qualidade na aplicação dos recursos.

Adquirimos veículos para transportes de pacientes, investimos recursos significativos no combate e prevenção da pandemia (covid 19) , repassamos recursos ao Hospital Santo Antônio no montante de R\$ 1.821.353,43 , entre outras despesas relacionadas a saúde da população.

Na área de Educação, durante o exercício, continuamos o cumprimento das determinações judiciais de implementação do Piso Nacional, o que em parte, deturpou toda a programação orçamentária, financeira e mesmo de indicadores de gasto com pessoal, visto que o impacto e extremamente alto.

Investimos inúmeros recursos no atendimento das vagas para as “creches”, aumentando o número destas a exemplo das Extensões das Creches: Marisa Cardoso e da Zeferina Lopes.,

Incentivamos a parte esportiva nas escolas, com melhorias nas quadras poliesportivas das escolas e iniciamos a Construção de outro Ginásio Municipal de esportes no Loteamento Vitória para atender a comunidade dos bairros Santos, Pontes , Zenari e o próprio Loteamento Vitória.

Na área da Cultura, investimos R\$ 1.186.812,90 repassados para a Fundação Cultural, com transferência de recursos diretos, rigorosamente na forma da legislação.

Na questão de infra-estrutura, investimos recursos pesados na manutenção das estradas vicinais, adquirimos máquinas e equipamentos de grande porte como Patrulas, caminhões caçamba e reforma e construção de pontes em concreto, de forma a viabilizar o trânsito em especial das safras agrícolas de nosso Município.

Melhoramos bastante a questão da iluminação pública do Município.

Mantemos o sistema de monitoramento de 90 câmeras de segurança com acompanhamento da Brigada Militar.

Na agricultura, mantivemos altos investimentos na manutenção de programa de patrulha agrícola, viabilizando aporte de estrutura aos pequenos produtores. Adquirimos através da captação de recursos, equipamentos e máquinas ampliando assim a frota destinadas as associações rurais.

Na área da assistência social, conseguimos entregar inúmeras cestas básicas de alimentação às pessoas carentes e de vulnerabilidade social.

Senhor Presidente:

O grande desafio para o exercício e futuros, em nosso Município, é dar continuidade a implementação do Piso Nacional do Magistério. Atualmente estamos implantando a medidas das decisões judiciais, considerando que a aplicação na forma prevista na legislação, fatalmente inviabilizaria o Município, tanto nas questões de limites, como orçamentária e financeiramente.

Para lembrar, o Município de São Sepé, possui um plano de carreira do Magistério, que em alguns casos, chega a 120% de aumento real, sendo que em sua totalidade ultrapassam aos 100%, sendo que a determinação do cumprimento do Piso, faz com os aumentos reais cheguem a mais de 40% na remuneração.

Ora, diferente do que a União prega, que o Fundeb (antes Fundef), foi concebido para custear a implantação e implementação do Piso, os recursos saem do FPM, ICMS, entre outros, do Município, sendo que no Estado do Rio Grande do Sul, nenhum Real em todos os tempos, é aportado pela União para o cumprimento do Piso.

Este é o grande, o maior de todos, desafios que estamos enfrentando, pois com o cumprimento das decisões judiciais, já transitadas, o gasto com pessoal está subindo gradativamente.

Enfim, entregamos um balanço, onde com esforço extremo, conseguimos arrecadar a mais do que tínhamos projetado, aumentamos a receita própria , sem insuficiência financeira, o que dá as condições mínimas para o grande desafio a que nos referimos.

Apesar das dificuldades encontradas no ano de 2020 em consequência da Pandemia , conseguimos alcançar nossos objetivos, cumprindo com os índices estabelecidos por lei e mantendo um equilíbrio orçamentário e financeiro.

É o relatório,

Com a disponibilidade plena de esclarecimentos se necessário.

Gabinete do Prefeito Municipal, de São Sepé, 28 de janeiro de 2021.

João Luiz dos Santos Vargas
Prefeito Municipal